

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O PAPEL DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NOS CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO: RELATOS METODOLÓGICOS DE DUAS EXPERIÊNCIAS

Fabiana Felix do Amaral e Silva, Marina Cyrino Forti.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil.
fabiana.amaral@gmail.com, c.forti.marina@gmail.com.

Resumo

Este artigo aborda a relevância dos planos populares de urbanização no campo da arquitetura e urbanismo, destacando a moradia digna e a participação comunitária. Diferenciando-se do planejamento convencional e ações assistencialistas, essas propostas desafiam desigualdades e promovem conhecimento local. Contudo, a desigualdade entre especialistas e comunidades persiste, dificultando a construção coletiva do conhecimento. O artigo apresenta o processo de curricularização da extensão universitária como um potencial transformador, enfocando a realização de estudos por meio de metodologias participativas com objetivo de destaca a importância de repensar os métodos convencionais de arquitetura e urbanismo. O artigo utiliza estudos de caso para ilustrar a implementação dessas ideias em disciplinas extensionistas e projetos de extensão, valorizando a participação comunitária e a sistematização de experiências. O objetivo final foi promover a colaboração e valorização do conhecimento local e, portanto, redefinir a relação entre universidade, sociedade no processo de produção de conhecimento.

Palavras-chave: curricularização da extensão; sistematização de experiências; planos de urbanização comunitários; arquitetura e urbanismo.

Área do Conhecimento: Seção de trabalhos de extensão universitária direcionada a discussão de temáticas de projetos sociais.

Introdução

Os planos populares de urbanização têm ganhado destaque enquanto propostas extensionistas em cursos de arquitetura e urbanismo. Tais propostas (VAINER, ET AL., 2013; TAVARES, FANTIN; 2019; CLARO ET AL., 2018, MACIEL, SILVA, RESCHILIAN, 2021; SANTOS, 2021) apresentam diversas experiências de elaboração de planos populares de urbanização que em torno do conceito de moradia digna têm ampliando o debate sobre as vulnerabilidades socioespaciais, indicado caminhos para repensar a ordem do planejamento público ao fomentar a participação popular no processo de elaboração dos planos.

Estas experiências, portanto, se diferenciam tanto do planejamento convencional, que continua atendendo às demandas do capital e potencializando os processos desiguais, bem como, de ações extensionistas assistencialistas, que reforçam a premissa da prevalência de um saber acadêmico frente as experiências e saberes locais.

No entanto, é válido questionar até que ponto os projetos e planos de ação são elaborados de maneira colaborativa, levando em consideração os saberes locais. Randolph discute, em seu trabalho intitulado "Uma trajetória do planejamento colaborativo ao subversivo" (2021), várias questões relevantes, sendo uma delas a destacada importância de se questionar a profunda desigualdade que existe entre o papel desempenhado pelos planejadores e o da sociedade nos espaços de participação. Ele observa que a estruturação da participação popular nesses contextos ainda reflete a tendência de favorecer o conhecimento técnico em detrimento das ricas vivências e experiências daqueles que habitam esses territórios.

(...) no decorrer do processo de planejamento, denota-se uma desigualdade profunda entre a perícia discursiva dos planejadores com suas concepções,

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

lógicas e modelos abstratos e as ricas vivências dos participantes do planejamento que procuram fazer valer suas experiências concretas no processo de planejamento e que se esquivam de uma fácil verbalização e representação dominantes.

De certa forma, os planos populares promovem o reconhecimento dos processos de dominação e exclusão, e coloca em xeque algumas premissas do modelo de ensino e a percepção positivista presente nos cursos de arquitetura e urbanismo.

Neste contexto, é crucial entender que essas experiências estão em constante processo de resistência, sobrevivência, enfrentamento e proposição – dimensões intrínsecas de sua prática (SILVA; MACIEL, 2021).

A abordagem deste artigo aponta a valorização do conhecimento popular e local ao romper com a predominância da técnica acadêmica, enfatizando, em vez disso, as técnicas sociais e territoriais que levem em conta essas dimensões. Nesse sentido, este artigo parte do entendimento da extensão universitária como uma dimensão específica da produção do conhecimento (Freire, 1987) ressaltando a relevância da sua presença nos currículos de arquitetura e urbanismo. Além disso, esse entendimento se estende ao estabelecimento de uma abordagem metodológica que se destaca pela perspectiva de "fazer com" em vez de "fazer para":

A extensão como uma dimensão específica da produção do conhecimento. Nega a ideia de transferência de conhecimento, pois decorre da negação do outro enquanto sujeito capaz de transformar sua própria realidade.” (FREIRE, 1987)

Para compreender o processo de extensão universitária que vivenciamos hoje, é importante retomar o papel fundamental do FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Em 1987, o fórum já apresentava os dilemas da produção de conhecimento nas universidades brasileiras, no âmbito da reconfiguração da democracia no país, e destaca o papel da extensão como "uma via de mão-dupla" entre Universidade e sociedade na promoção de um conhecimento que conceba o encontro entre o saber acadêmico e o saber popular. Portanto, com a Constituição de 1988, o princípio da "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (Artigo 207) foi consagrado, bem como a LDB de 1996 (Lei no 9.394/96) que estabeleceu a Extensão Universitária como uma das finalidades da Universidade (Artigo 43) (GADOTTI, 2017). Estes instrumentos apresentaram as diretrizes para o fomento de práticas democráticas nos espaços das universidades públicas, que iniciam a restauração do diálogo com os diversos setores da sociedade e reforçam o compromisso de promover a produção de conhecimentos socialmente relevantes às demandas de vulnerabilidade e desigualdade social. De lá para cá, muitos debates e experiências acumularam reflexões em torno da perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Observam-se duas vertentes sobre o papel da extensão no processo de produção do conhecimento. A primeira nomeada de assistencialista "*entende a Extensão Universitária como a transmissão vertical do conhecimento, um serviço assistencial, desconhecendo a cultura e o saber popular. Basicamente essa concepção sustenta que "aqueles que têm, estendem àqueles que não têm"* (GADOTTI, 2017, p.02) E a segunda uma visão não assistencialista pois compreende a extensão como a comunicação de saberes:

É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha. Ela se fundamenta numa teoria do conhecimento, respondendo à pergunta: como se aprende, como se produz conhecimento. Uma teoria do conhecimento fundamentada numa antropologia que considera todo ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas, também, que não ignora tudo (GADOTTI, 2017 p.02).

Ainda que tenhamos muitas experiências extensionistas no campo da arquitetura e do urbanismo que promovam a produção do conhecimento de forma reflexiva e integrativa ao considerar uma

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

participação comunitária efetiva e permanente, ainda existe um fazer extensionista nas universidades que perpassa por diversos entendimentos, perspectivas e práticas que ainda transita por uma dimensão assistencialista e intervencionista na realidade. Na atualidade, esse debate avança com a proposta da curricularização da extensão¹ que pode redesenhar o processo de produção do conhecimento e fomentar uma efetiva indissociabilidade entre suas dimensões ao romper com a ideia clássica do tripé e apresentar a extensão como um fio condutor entre o ensino e a pesquisa. Segundo Gadotti, a extensão universitária tem um papel de questionar o sentido social da universidade:

Muitos veem na Extensão Universitária uma forma de responder à atual crise da universidade. É como se a Extensão Universitária pudesse iniciar um processo de transformação da universidade como um todo. A universidade que temos está muito centrada no ensino e na pesquisa e, por meio de um novo paradigma da Extensão Universitária, a própria universidade pudesse ganhar um novo sentido. A luta para garantir as conquistas do PNE tem estimulado muita gente a pensar numa visão emancipadora da Extensão Universitária no contexto da curricularização da Extensão instituída por ele. (GADOTTI, 2017, p.03)

No processo de implementação da curricularização da extensão, é preciso estar atentos para que a extensão não seja um mero anexo ao currículo, mas que possa realizar uma revisão dos princípios e dos conhecimentos enraizados, ou seja, repensar os currículos, as perspectivas, as epistemologias e metodologias, e promover uma mudança, portanto, em estruturas de produção de conhecimentos enraizadas numa lógica da modernidade e da colonialidade. Nesse contexto, existe uma possibilidade real de repensar o papel da educação transformadora, ou a legitimidade da perspectiva assistencialista de transmissão de conhecimento.

A partir deste entendimento e observando as experiências extensionistas presentes no campo da arquitetura e do urbanismo, observa-se que, mesmo que já se pratiquem experiências de participação e de escuta, o saber técnico sobre o que e como deve ser realizado ainda mantém a prevalência de concepções eurocentradas no pensamento sobre o fazer territorial. (MOASSAB & NAME 2020)

Para que a extensão atinja as premissas indicadas por Thiollent (2002), que enfatiza em sua análise que a extensão não se restringe apenas ao acesso ao conhecimento estabelecido e elitizado, mas coloca como ponto principal a oportunidade de gerar novos conhecimentos, tanto em termos de conteúdo quanto de formas e aplicações, os aspectos metodológicos precisam ser o foco central.

Segundo Thiollent a pesquisa-ação busca:

a) ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta; c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; f) a pesquisa não se limita a uma forma da ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos; pesquisadores e o conhecimento ou o nível de consciência das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT, 1985, p. 16).

Ao compreender e propor a extensão como lócus para repensar o ensino da arquitetura e do urbanismo a partir das experiências e dos territórios, colocamos em destaque a dimensão do método. Apresentamos a sistematização de experiências, proposta desenvolvida por Oscar Jara Holiday (2006), como um caminho para refletir sobre "como" e "com quem" pensar a transformação social.

¹ A curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), foi regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Apresentamos a uma análise de duas experiências de sistematização de experiências em territórios de vulnerabilidade na cidade de São José dos Campos, com o objetivo de evidenciar como este método foi proposto em disciplina extensionista no curso de arquitetura e urbanismo, suas reflexões, dilemas e proposições.

Metodologia

Este artigo apresenta uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo de curricularização da extensão e a importância das metodologias participativas no campo da arquitetura e urbanismo com foco na importância da construção do conhecimento de forma colaborativa para repensar os métodos convencionais do campo da arquitetura e do urbanismo. Realiza uma pesquisa bibliográfica sobre aspectos da extensão e da curricularização da extensão com impacto no campo da arquitetura e do urbanismo apresentadas na introdução. No campo **resultados** apresenta a construção teórico-metodológica no âmbito da disciplina extensionista - Planejamento Urbano e Regional II- do curso de arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Paraíba- Univap e, no campo **discussão** revela as reflexões sobre o processo e os resultados de dois relatos de sistematização de experiências. Vale salientar que a disciplina aconteceu em parceria com dois projetos de extensão, no primeiro estudo de caso- bairro do Rio Comprido- esteve vinculada ao projeto de extensão “Cartografias sociais e metodologias participativas: Por uma análise técnica e comunitária” tem atuado junto à comunidade do Rio Comprido - São José dos Campos- SP desde 2018², já no segundo estudo - bairro do Sapé esteve associada a Assessoria Técnica ICNOATHIS no desenvolvimento do projeto” Sapê: Práticas Multidisciplinares em Regularização Fundiária, um olhar acerca dos processos, práticas e formação de profissionais”³

Resultados

A importância da curricularização da extensão

A disciplina extensionista- Planejamento Urbano e Regional II tem como objetivo a compreensão da produção de conhecimento em planejamento urbano, a análise do fazer territorial na ordem do capital, do estado e das experiências comunitárias e o estudo sobre o planejamento urbano comunitário e o papel da extensão. A responsabilidade social do arquiteto e urbanista é elemento central do debate ao reconsiderar os campos de atuação e promovendo um diálogo sobre o ensino de arquitetura e urbanismo que não normalize as relações de poder coloniais/imperiais/patriarcais, ao mesmo tempo em que valoriza alternativas à geopolítica do conhecimento arquitetônico e urbanístico atual. Para alcançar as competências a disciplina está estruturada em três eixos que entrelaçados configuram os objetivos para levantar e discutir o planejamento urbano comunitário:- Teórico-histórico: Analisar os processos históricos e teóricos, para compreender como ao longo dos tempos foram construídos conceitos e noções no campo do planejamento urbano e dos movimentos de moradia. -Metodológico: Conduzir os alunos ao conhecimento e análise de experiências de planejamento comunitário e de estratégias metodológicas participativas como forma de contribuir a respeito das possibilidades de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo. - Extensionista: Compreender a ação extensionista como uma dimensão específica de produção de conhecimento, centradas em procedimentos metodológicos participativos e que, portanto, se configuram como uma perspectiva singular de compreensão das experiências societárias e das organizações sociais.

Sistematização de experiências: um caminho metodológico para extensão

² Projeto de extensão pesquisa-ação “Cartografias sociais e metodologias participativas: Por uma análise técnica e comunitária”, coordenado pelos pesquisadores do Nepacs – Núcleo de pesquisa-ação e cartografias sociais/ Univap (2018 em andamento) As atividades de campo aqui relatadas tiveram o respaldo da orientação metodológica do projeto acima referido (o projeto é aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba CEP/UNIVAP10, sob o registro CAAE 14438219.0.0000.5503).

³ Este projeto foi aprovado no Edital nº 003/2022 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SP).

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Nesse sentido, para construir a reflexão adotamos a composição metodológica da sistematização de experiências um método de avaliação processual do cotidiano, elaborada por Oscar Jara Holliday (1998). Em suas pesquisas com movimentos sociais e grupos marginalizados, ele observou que a sistematização permite uma análise retrospectiva e prospectiva das experiências vividas. A proposta de Holliday (1998) compreende uma observação densa de processos cotidianos e a sua reflexão constante, estabelecendo uma interconexão dialética com elementos conceituais O reordenamento e a reconstrução do processo vivido e suas interconexões são tratados como elementos centrais da metodologia. Estas estratégias permitem repensar os processos de ordenamento territorial e da questão fundiária a partir da efetiva participação popular. Três dimensões importantes desse processo incluem: objetivar o vivido, colocar em ordem conhecimentos desordenados e percepções diversas e por fim acolher as interpretações dos sujeitos das experiências⁴. Com o objetivo de destacar um percurso para a aplicação da metodologia, o autor introduz uma estratégia em cinco etapas. Entretanto, ele ressalta seu caráter apenas orientativo, pois enfatiza que é necessário considerar as particularidades e dinâmicas dos grupos engajados no processo de sistematização.

Quadro 1 – Esquema dos cinco passos da Sistematização de Experiências.

Os cinco passos da Sistematização de experiências (Holliday, 2006)
1º passo corresponde a reunir os autores e os registros de experiências
2º passo é o momento de apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar.
3º passo propõe a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos
4º passo tem como objetivo analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.
5º passo é o momento para comunicar a aprendizagem e, nesta pesquisa, tal momento se revelou quando os grupos apresentaram suas percepções e compartilharam os aprendizados

Fonte: Holliday, 2006.

Discussão

Apresentação dos estudos de caso: São José dos Campos, a cidade das “oportunidades” e das desigualdades; Rio Comprido e Sapê, espaços de vulnerabilidade e invisibilidade

Os territórios escolhidos para as duas experiências estão localizados na cidade de São José dos Campos, situada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, no interior do estado de São Paulo. A urbe conta com 697.428 habitantes, uma densidade de 634,37 hab/km² (IBGE, 2022) e IDH 0,807 (IBGE, 2010). São José dos Campos está entre as 20 cidades do Brasil com maior PIB a preços correntes, R\$39.148.011,82 (IBGE, 2020), porém, apesar deste número expressivo, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 32,3% (IBGE, 2010). Apesar de a média salarial dos habitantes ser de 3,4 salários mínimos (IBGE, 2020), 33% das pessoas com 10 anos ou mais que apresentam rendimento mensal recebem entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto na segunda colocação estão aqueles que recebem mais de 1/2 a 1 salário mínimo, o equivalente a 17% (IBGE, 2010). A incongruência entre o salário da maioria da população e a média salarial da cidade revela o grande número de renda acumulado em alguns setores da cidade. Outra contradição é a incidência de pobreza na cidade, a qual chegou a 16,90% em 2003 (último dado do Mapa de pobreza e desigualdade de São José dos Campos apresentado pelo IBGE).

Atualmente, a cidade pertence ao setor terciário na economia, a qual integra as atividades do comércio e da prestação de serviços. De acordo com o Secretário de Inovação e Desenvolvimento Econômico, Alberto Alves Marques Filho (2018), a cada 10 vagas de trabalho que são geradas na

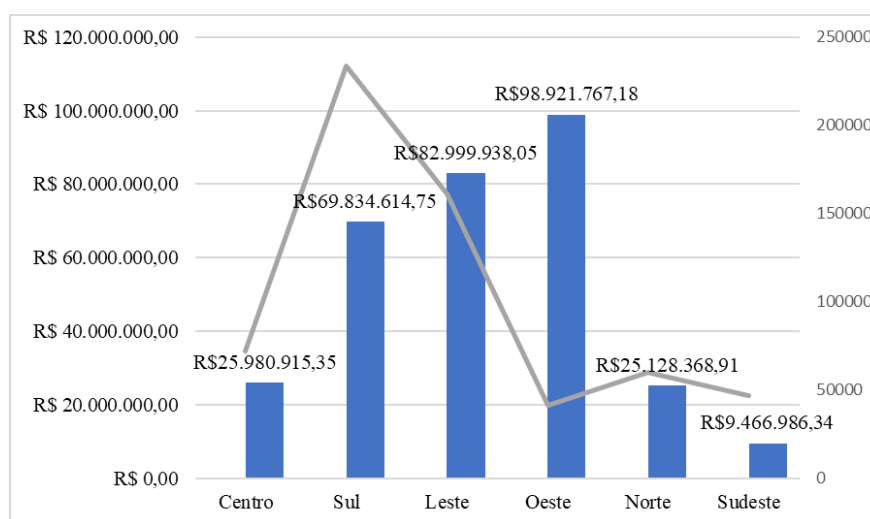
⁴ Estas dimensões do processo da sistematização serão apresentadas na seção discussão no processo de reflexão dos trabalhos realizados nos dois campos de estudo.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

cidade, 7 são no setor de serviços, fazendo com que cada vez mais a urbe se torne um centro de serviços para a região. Apesar disso, São José dos Campos é a terceira cidade do estado de São Paulo que mais movimenta capital no setor industrial, enquanto é a décima no setor de serviços (IBGE, 2020). Em São José dos Campos, o planejamento urbano tem ido em direção ao desenvolvimento de novas centralidades de acordo com os interesses imobiliários e capitalistas. A cidade passa por um processo de valorização de áreas já bem consolidadas por meio de instalações de infraestrutura urbanas financiadas pelo poder público e privado, sendo a maioria delas com base na presença do automóvel privado. Conclui-se que o desenvolvimento urbano acontece em função de interesses do grande mercado e conseqüentemente, com a apropriação do espaço público e a exclusão social (FORTI, 2021).

Tais fatos ficam claros quando observamos os dados do Portal da Transparência de São José dos Campos (2020) e do Atlas da Pesquisa Origem e Destino (2014), os quais mostram o fenômeno de diferentes valorizações em diferentes localizações. Ao observarmos o gráfico de investimentos por macrozona, verificamos que a macrozona Oeste foi a que recebeu mais investimentos, sendo 16% a mais que a segunda colocada (Leste) e 90% a mais que a última colocada (Sudeste). Quando comparamos os valores investidos com o número de habitantes por macrozona notamos que o local que recebe mais investimentos é o local com menos habitantes. Ou seja, a maior parte do dinheiro investido no território fica com uma pequena parcela da população. É possível chegar à mesma conclusão quando observamos o número de investimento por habitantes em cada macrozona. Por exemplo, enquanto a macrozona Sul recebe R\$202,27/hab. a macrozona Oeste recebe R\$2403,17/hab., o equivalente a 803% dos investimentos da zona sul. O que todos os números nos deixaram claro é a dualidade de uma cidade de oportunidades, mas ao mesmo tempo desigual.

Gráfico 1 - Investimentos por Macrozona entre os anos 2016 e 2019 x número de habitantes por macrozona



Fonte: Portal da Transparência. Gráfico produzido pelas autoras.

O bairro Rio Comprido, onde aconteceu a primeira experiência, é resultado de uma ocupação iniciada na década de 1980 e está situado às margens da Rodovia Presidente Dutra, mais especificamente ao lado da empresa Century que está localizada na divisa entre as cidades de São José dos Campos e Jacareí.

Considerado irregular pelo documento oficial do Plano Diretor de São José dos Campos, o bairro Rio Comprido foi selecionado pelo poder público em 2007 para receber regularização fundiária, porém, mesmo após o Plano Diretor de 2018 e no momento da escrita do presente artigo, o bairro continua irregular perante a prefeitura municipal.

Habitar em meio à indefinição da regularidade fundiária impossibilita os moradores de desenvolverem planos de vida com maior estabilidade. A vulnerabilidade social acarretada pela situação faz com que os habitantes do bairro deixem de investir em uma melhor moradia, por exemplo, afinal o medo de serem obrigados a deixar o Rio Comprido é constante (MACIEL *et al.*, 2021).

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Durante o levantamento de campo feito pelos alunos, foi observado que a maioria das casas são resultados de autoconstrução em diferentes estágios. Por exemplo, enquanto algumas não são rebocadas, outras receberam pintura. Os alunos também notaram uma divisão de áreas no bairro, chamadas pelos moradores de “área de cima” e “área de baixo”. A área de cima fica perto da entrada do bairro e conta com algumas ruas asfaltadas, já a área de baixo não possui nenhuma pavimentação e nenhum tipo de iluminação pública.

Apesar de ser considerado um bairro irregular, o Rio Comprido conta com abastecimento de água e energia elétrica, Código de Endereçamento Postal (CEP) e uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O bairro também apresenta movimentação comercial entre os moradores, os quais são proprietários de mercearias, bares, salão de cabeleireiros, entre outros pequenos comércios.

O bairro Chácara Sol Nascente, conhecido como Sapê, onde aconteceu a segunda experiência com os alunos de arquitetura e urbanismo, está localizado na zona central da cidade de São José dos Campos e, de acordo com o Plano Diretor de 2018, inserido em uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Constituído em 1988, o bairro é fruto da ação ilegal de loteadores clandestinos que comercializaram lotes com famílias que habitam o local até hoje. Também é desde essa época que os moradores são negligenciados pelo poder público, o qual mostra incongruências, por exemplo, na legislação municipal. O bairro, incluído em Zona Especial Interesse Social (ZEIS) em 2010, passou a ser considerado Zona de Proteção Ambiental (ZPA) em 2019 (COSTA *et al.*, 2023).

De acordo com o questionário socioeconômico aplicado durante o curso de formação em Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (EPAATHIS), ministrado pela Associação Projeto Gerações/FACESP, em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo (CAU/SP), a maioria da população do Sapê vive no bairro há mais de 10 anos. A maior parte das famílias é composta por mais de 3 pessoas e possui renda familiar mensal de 1 salário mínimo. Em relação aos níveis de escolaridade, foi constatado que a maioria dos moradores não completou o Ensino Médio.

Apresentação da sistematização de experiências nas duas experiências e as reflexões geradas

Os processos das duas experiências de aplicação do método de sistematização de experiências são apresentados no quadro 2 com o objetivo de facilitar a compreensão dos procedimentos e suas interconexões, tornando o conteúdo mais acessível e informativo.

Quadro 2 - Apresentação da sistematização de experiências nas duas experiências e as reflexões geradas

Os cinco tempos Sistematização de Experiências (Holliday, 2006)	Sistematização I – Bairro do Rio Comprido	Sistematização II Bairro do Sapê
1º tempo corresponde a reunir os autores e os registros de experiências	As lideranças dos bairros contatadas e a proposta da disciplina foi apresentada. Os alunos divididos em grupos organizaram, a partir das redes sociais e dos documentos, os registros da historicidade e o mapeamento das ações dos mesmos.	As lideranças dos bairros contatadas e a proposta da disciplina foi apresentada. Os alunos divididos em grupos organizaram, a partir das redes sociais e dos documentos, os registros da historicidade e o mapeamento das ações dos mesmos.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

<p>2º tempo é o momento de apresentar e definir para que se quer sistematizar e que experiências se quer sistematizar</p>	<p>No dia 21 de setembro de 2019 foi promovida uma oficina participativa, em conjunto com Núcleo de Pesquisa-ação e Cartografias Sociais (NEPACS) - UNIVAP, com o objetivo de estabelecer um reconhecimento das trajetórias de vida dos moradores do bairro e recolher informações sobre as problemáticas e potencialidades do bairro em relação a questão da regularização fundiária e urbanística, as formas de morar e as ações da comunidade.</p>	<p>No dia 01 de outubro de 2023 foi promovida uma oficina em parceria com a Icnnoathis com o objetivo de reconhecimento da área e conhecimento dos saberes dos moradores e identificar as problemáticas em relação ao processo de regularização fundiária e urbanística.</p>
<p>3º tempo propõe a reconstrução da história, a ordenação e a classificação das informações e dos momentos vividos.</p>	<p>Nesta oficina estavam presentes 07 mulheres moradoras do bairro que apresentaram aos alunos suas experiências vividas no bairro, as fragilidades e potencialidades da viver em áreas de vulnerabilidade. Também foi realizado um percurso pelo bairro para reconhecimento das informações e dados apresentados.</p>	<p>Nesta oficina estavam presentes 25 moradores. A dinâmica começou com a apresentação da proposta da disciplina e da parceria e as orientações para a dinâmica. Os alunos foram divididos em quatro temas de ação (Moradia, Meio-ambiente, Cultura/Lazer; Renda/Trabalho) definidos a partir dos levantamentos iniciais e das análises realizadas pela assessoria técnica parceira (Icnnoathis) Os moradores foram divididos em quatro grupos de acordo com os temas definidos e conjuntamente com os alunos e professores num primeiro momento apresentarem suas impressões sobre as fragilidades e potencialidades e proposições sobre o seu tema e depois foram direcionados para circular entre os outros temas para também contribuírem com os debates. Ao final desta segunda rodada os moradores conjuntamente com os alunos sistematizaram as informações do seu grupo e apresentaram ao final em formato de debate.</p>
<p>o 4º tempo tem como objetivo analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo</p>	<p>Com este material foi possível mapear as trajetórias de vida e deslocamentos, identificar e analisar os processos estruturais, assim como, micro sociais. Foi realizada a construção da linha do tempo apontando momentos de importância para reflexão. A partir destas reflexões, os alunos em sala de aula durante o mês de outubro desenvolveram propostas de ação que envolvida três dimensões: diretrizes, programas e políticas de ações e soluções práticas de intervenção. As propostas foram apresentadas em quatro linhas: Moradia, Meio-ambiente, mobilidade e Cultura/lazer/educação. Para o processo de desenvolvimento da proposta, os alunos confeccionaram: - duas maquetes: uma que apresentava o bairro e o entorno e a outra apenas com os limites do bairro; - desenvolveram uma proposta de implementação de ações e programas para cada tema.</p>	<p>Com o material da oficina os alunos em sala de aula, durante o mês de outubro e novembro, desenvolveram as seguintes ações:</p> <p>Organização e análise do material coletado para debate com a classe;</p> <p>Desenvolvimento de proposta inicial sobre o tema do seu grupo (Moradia, Meio-ambiente; Cultura/lazer; Renda/trabalho) que envolveu três dimensões: diretrizes, programas e políticas de ações e soluções práticas de intervenção.</p> <p>A proposta foi de aprofundada a partir de referencial teórico, técnico e histórico.</p> <p>O formato de apresentação da proposta final foi: - texto em formato de projeto de extensão com as etapas da execução, agentes envolvidos, estratégias metodológicas e resultados esperados; - apresentação em imagens e um vídeo explicativo.</p>

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

<p>o 5º tempo é o momento para comunicar a aprendizagem</p>	<p>Foi o momento de apresentar as ideias desenvolvidas para a comunidade com o objetivo de realizar uma análise das possibilidades de ações vinculadas aos temas. No dia 05 de novembro de 2019 os alunos apresentaram a maquete que serviu de base para que os moradores, divididos em grupos correspondentes aos temas da proposta, pudessem avaliar e debater sobre as propostas apresentadas. Como resultado foram debatidas as ações em curto, médio e longo prazo; identificação dos agentes e das fragilidades e potencialidades para a realização das propostas.</p>	<p>A proposta inicial era uma nova visita a campo para apresentar a proposta a comunidade com o objetivo de avaliar e debater. Na semana marcada para a visita tivemos notícias de um novo surto de Covid- 19 que impossibilitou a ida dos alunos a campo. O material foi organizado para que possa numa próxima oportunidade ser entregue a comunidade.</p>
---	--	--

Fonte: elaborado pelas autoras

As sistematizações de experiências aplicadas no processo de planejamento comunitário puderam contribuir para a valorização dos conhecimentos e saberes populares. Primeiramente, o ato de **"objetivar o vivido"** desempenhou um papel crucial. Ao distanciar-se das experiências vivenciadas, permitiu aos alunos e moradores transformar estas experiências em objetos de estudo e interpretação teórica. Isso não apenas possibilitou uma análise mais profunda, mas também apresentou caminho para a transformação das próprias vivências, tornando-as parte integrante do processo de planejamento.

Além disso, a capacidade de **"colocar em ordem conhecimentos desordenados e percepções diversas"** permite que a comunidade recuperasse de maneira organizada o que já sabe sobre suas experiências. Ao mesmo tempo, revela o que ainda não é conhecido, tornando-se uma ferramenta de descoberta contínua. Essa abordagem não só respeita o conhecimento prévio, mas também revela camadas ocultas de entendimento sobre as reais estruturas de dominação que atuam e interferem nas problemáticas territoriais dos seus bairros, tais como: a violência institucional e policial; a criminalização da pobreza, o racismo; a especulação imobiliária e os interesses do capital.

Por fim, ao acolher as **"interpretações dos sujeitos das experiências"** fortalecemos a abordagem comunitária do planejamento ao considerar não apenas os eventos e sua evolução, mas também as interpretações individuais dos participantes. Foi possível criar um espaço para diálogo e colaboração. Essas interpretações puderam ser discutidas, compartilhadas e até confrontadas, levando a uma compreensão mais abrangente e inclusiva das necessidades e desafios da comunidade.

Conclusão

O debate apresentado sobre a importância da curricularização da extensão no campo dos cursos de arquitetura e urbanismo fomentou o reconhecimento de perspectivas alternativas sobre o conceito de território e a abordagem convencional no âmbito do planejamento tradicional. Nesse contexto, a apresentação da sistematização da experiência de Holliday (2006) assumiu um papel crucial, introduzindo uma metodologia alternativa que destaca a importância de valorizar as ações urbanas populares e comunitárias. Consideram-se alguns elementos que evidenciaram a importância da construção de planos de urbanização popular no âmbito do processo de curricularização da extensão, a saber: o processo de aprendizagem coletiva entre discentes e comunidade, e a capacidade de questionar a realidade ao aprofundar a compreensão das causas estruturais e elaborar novas possibilidades a partir destas experiências; a garantia de legitimidade técnica aos processos de resistência, bem como a compreensão da importância dos conhecimentos e saberes locais, por meio da elaboração de projetos urbanos desenvolvidos com os sujeitos dos territórios e não apenas para eles; a consolidação de espaços de denúncia e visibilidade para as lutas sociais. Em conjunto, esses elementos contribuíram para a elaboração de uma proposta de ação que atendeu às perspectivas metodológicas no âmbito do planejamento comunitário, onde as experiências da comunidade foram valorizadas e os conhecimentos sistematizados em análises, reflexões e proposições. Isso cumprindo as demandas da extensão como processo contínuo da produção do conhecimento, ao tensionar o

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

modelo eurocentrado da produção do conhecimento em arquitetura e urbanismo, e estabelecer uma formação crítica e a responsabilidade social dos alunos.

Referências

ALVES, A. Interview by Thaís Leite. OVALE Entrevista, São José dos Campos, Nov 20, 2018. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=SJYyu9XhZ_k&list=PLZMhQ6Fjzow1ZtmnpsVlz0DiakonMnbWH&index=40. Accessed on: Sep 20, 2020.

CLARO, Mauro et al. Formas de Ação e Participação: Método para Elaboração de Plano de Bairro em Assentamento Precário na Cidade de São Paulo. In: III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas - UrbFavelas Salvador - BA - Brasil, Salvador, 2018.

COSTA, A. C. G. et al. Experiências práticas na formação de assessoras técnicas em habitação de interesse social no Bairro do Sapê (Chácara Sol Nascente) em São José dos Campos – SP. Athis, 2023.

FORTI, M. C. O marketing urbano como forma de dominação capitalista do espaço em São José dos Campos - SP. 2021. 187 f. Dissertation (Master's in Urban and Regional Planning) - Institute of Research and Development, Universidade do Vale do Paraíba, 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? Instituto Paulo Freire, 2017. Available at: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-Universitaria-para-que>. Accessed on: Sep 27, 2022.

Holliday, Oscar Jara. El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales. S. José: Alforja, 1988.

_____ Para sistematizar experiências. 2nd ed. Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos. Available at: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>. Accessed on: Aug 20, 2023.

MACIEL, L. et al. Por uma cartografia social dos espaços de vida irregulares: um estudo de caso da reconstrução comunitária do território em São José dos Campos. Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC, n. 14, p. 25-40, 2021.

MACIEL, L. M. et al. Por uma cartografia social dos espaços de vida irregulares: um estudo de caso da reconstrução comunitária do território em São José dos Campos (SP). Caminho Aberto: Revista De extensão do IFSC, (14), 25-40, 2021.

Moassab, Andréia & Name, Leo (orgs). Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), PREFEITURA MUNICIPAL. Portal da Transparência: contratos. Available at: <https://servicos.sjc.sp.gov.br/contratos/>. Accessed on: Jan 11, 2021.

Silva, F. F. A., & Maciel, L. M. “Decolonizando” o planejamento urbano a experiência dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. In P., Limonad, E., & Monteiro, J. C. (Orgs.) Planejamento Territorial V. 1: reflexões críticas e perspectivas (p. 185-219). São Paulo: Editora Max Limonad.TAVARES, Jeferson Cristiano; FANTIM, Marcel. (coordenação e organização). Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado. São Carlos-SP: IAUUSP; Grupo PExURB. 2019.

Thiolent, Michel (1985). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.2021

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle M. M.; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camilla. [1139] O Plano Popular da Vila Autódromo, Uma Experiência de Planejamento Conflitual, XV Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR - UFPE - 2013.